



## 17ª LEGISLATURA ABRE COM 36 PROJETOS

Na primeira quinzena de fevereiro, deputados apresentam propostas atendendo diversos segmentos da sociedade



MIRIAM ZOMER

Os deputados inauguraram a 17ª legislatura apresentando, na primeira quinzena de fevereiro, 30 projetos de lei e seis projetos de lei complementar. O recordista foi o deputado Sargento Amauri Soares (PDT), também autor da primeira proposta colocada em tramitação no dia 3 de fevereiro, o chamado projeto de anistia, que já havia sido protocolado na legislatura passada.

Os temas e segmentos da sociedade beneficiados pelas matérias são variados. A inclusão social foi o foco diversos projetos. Entre eles, os dos deputados Valdir Cobalchini (PMDB), licenciado, e do deputado Antônio Aguiar (PMDB). O primeiro prevendo a isenção para deficientes físicos de taxas de inscrição em concursos públicos, e o segundo obrigando parques de diversões públicos e privados a disponibilizar brinquedos e equipamentos a pessoas portadoras de deficiência e com mobilidade reduzida.

Entre outros temas, parlamentares protocolaram matérias em defesa do consumidor, da doação de sangue, dos animais domésticos e selvagens

PÁGINA 3

### MAIS UMA MULHER DEPUTADA



FÁBIO QUEIROZ

A bancada feminina na Assembleia Legislativa ampliou sua representatividade com a posse, dia 15, da deputada Dirce Heiderscheidt (PMDB). A suplente substituiu o deputado Serafim Venzon (PSDB), que se licenciou para assumir a Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação.

Dirce é a terceira suplente a tomar assento no Parlamento. O primeiro foi Maurício Eskudlark (PSDB), que ocupa cadeira do secretário de Estado da Cultura, Esporte e Turismo, Cesar Souza Júnior; o segundo, Mauro de Nadal (PMDB), que entrou na vaga de Valdir Cobalchini, secretário de Estado da Infraestrutura.

Com a posse de Dirce, a bancada feminina passa ter cinco representantes: Ada Faraco de Luca (PMDB), Ana Paula Lima (PT), Angela Albino (PCdoB) e Luciane Carminatti (PT).

Dirce Heiderscheidt na vaga de Venzon

### COMISSÕES TÉCNICAS SÃO INSTALADAS E ESCOLHEM PRESIDENTES



JONAS LEMOS CAMPOS

Na Comissão de Finanças e Tributação, o comando ficou com o deputado Gilmar Knaesel (PSDB), à direita na foto

PÁGINA 6

PÁGINAS 4 e 5



## REPRESENTAÇÃO NÃO É PROFISSÃO

A população têm razão quando se manifesta contra o aumento de salários dos deputados, muito maior que os reajustes que têm recebido os trabalhadores.

O que deveria estar em debate é a relação dos poderes e as instituições do Estado com a sociedade. Quando a representação da sociedade passa a ser entendida como uma profissão começa haver essa distorção. Todos os representantes eleitos têm uma profissão antes da assunção ao cargo para qual foram escolhidos, e a remuneração daquele ofício deve ser sua fonte de renda regular. Para a representação, o Estado deve prover apenas as condições para essa função.

No entanto, os poderes do Estado são três, além dos quais existem outros órgãos e instituições, que também compõe a estrutura do Estado. E todos devem estar na mesma obrigação de prestar contas à sociedade.

Não é correto que o debate esteja

restrito apenas aos salários dos deputados e do Executivo. No Judiciário, no Ministério Público, nos Tribunais de Conta existem estruturas e salários muitas vezes superiores - e os cargos também são ocupados por mecanismos que não são exclusivamente de carreira. É preciso debater tudo isso, e contestar também a pensão para ex-governadores e a aposentadoria de deputados, pois tudo isso indica que a representação política e institucional está sendo vista como profissão, o que deturpa o conceito da representatividade.

O procedimento razoável é estabelecer teto salarial para os ocupantes de cargos e funções públicas, em todas as instituições. Esse teto deve estar vinculado, por lei, a uma referência objetiva, como a média salarial dos servidores ou o salário mínimo nacional.

**DEPUTADO AMAURI SOARES (PDT)**



## ELO ENTRE A REGIÃO E O ESTADO

Neste início de ano me dediquei a uma atividade especialmente gratificante: levar ao conhecimento dos novos Secretários de Estado as necessidades dos municípios da Foz do Rio Itajaí.

Além de poder representar a região com a legitimidade que os mais de 57,6 mil votos me permitem, consegui "arrancar" compromissos que colocarão a Amfri na pauta do Governo.

Visitei o Secretário da Infraestrutura, Valdir Cobarchini, e ouvi dele que o segundo acesso entre as duas cidades será tratado como prioridade de Estado.

Com o prefeito de Porto Belo e de Bombinhas, decidimos agendar uma visita ao presidente da Casan, Dalírio Beber, para que o segundo acesso venha acompanhado da rede de esgoto. Dalírio foi pessoalmente conhecer a realidade dos municípios, que no Verão também sofrem com a falta de água.

Com o Secretário de Turismo, Cesar Souza Júnior, a intenção foi unir

forças para a construção do Centro de Eventos em Balneário Camboriú, uma obra que, na minha opinião, é tão importante quanto foi a duplicação da BR-101.

Ainda estive com o Secretário da Educação, Marco Tebaldi, em busca de um colégio de 2º Grau para o Bairro das Nações, uma nova escola para Itapema e um ginásio de esportes para São João Batista.

A construção de casas populares para Camboriú me levou ao encontro do Secretário de Assistência Social, Serafim Venzon. Com meia hora de conversa, saí convencido de que os municípios podem mais, basta esforço conjunto e bons projetos.

Meu compromisso é acompanhar cada passo dessas ações e continuar batalhando para que elas se tornem realidade.

**DEPUTADO DADO CHEREN (PSDB)**

## OFICINA DE PLANEJAMENTO



EDUARDO GUEDES DE OLIVEIRA

*Escola é referência em formação política e processo legislativo*

A Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira realizou, de 14 a 16 deste mês, a oficina de Planejamento Participativo com as deliberações para 2011/2012. Direcionado aos servidores da Escola, o evento realizado no auditório Professor Pedro Bosco, no Instituto Estadual de Educação, foi aberto pela coordenadora, Carla Maria Evangelista Vieira Pedrozo, e conduzido pelo moderador Sérgio Cordioli. "A partir dos programas planejados durante a oficina e realizados posteriormente, temos como propósito servir de instrumento para melhorar os processos internos do

Parlamento e a sua relação com a sociedade catarinense", explicou a coordenadora.

Respeitando a missão da Escola de ser referência em formação política, processo legislativo e formação cidadã no Estado, Cordioli explicou que durante os três dias de planejamento os funcionários reuniram técnicas e instrumentos que facilitam o processo de debate e proporcionam o intercâmbio de experiências. Para ele, este enfoque melhora a dinâmica, a transparência e a democracia, fortalecendo o processo de reflexão na hora de tomar decisões ou praticar uma ação ou avaliação.

## AGENDA DA SEMANA

**Dia 22, 19h** – Sessão solene em homenagem à Associação Empresarial de Joinville pela passagem do seu centenário  
**Local:** Associação Empresarial de Joinville (ACIJ)

Mesa



**Presidente:** Gelson Merisio (DEM)  
**1º Vice-Presidente:** Moacir Sopelsa (PMDB)  
**2º Vice-Presidente:** Nilson Gonçalves (PSDB)  
**1º Secretário:** Jailson Lima (PT)  
**2º Secretário:** Reno Caramori (PP)  
**3º Secretário:** Antônio Aguiar (PMDB)  
**4ª Secretária:** Ana Paula Lima (PT)

**Assembleia na internet:** <http://www.alesc.sc.gov.br>  
**Tiragem:** 8 mil exemplares  
**Impressão:** Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social



**Diretora de Comunicação Social:** Lúcia Helena Vieira  
**Coordenadora de Imprensa:** Tayana Cardoso de Oliveira  
**Edição:** Cleia Maria Braganholo e Sandra Annuseck  
**Diagramação e Artes:** Lucas Gabriel Diniz e Tiago Fontão Alexandre (estagiário)

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina  
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

**CRÍTICAS E SUGESTÕES**  
Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021  
[imprensa@alesc.sc.gov.br](mailto:imprensa@alesc.sc.gov.br)

**Chefe de Redação:** Rubens Vargas  
**Reportagens:** Alexandre José Back, Lisandrea Costa, Rossana Espezin e Tatiani Magalhães  
**Fotografia:** Aionara Preis Gabriel (estagiária), Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Fábio Queiroz, Janine Souza Costa (estagiária), Jéssica Luck (estagiária), Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares  
**Relações Institucionais:** Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jussie Sedrez Chaves, Louisi Muller de Jesus (estagiária) e Patrícia Schneider de Amorim  
**Clipagem:** Lucas Gabriel Diniz e Moacir Cardoso  
**Expedição:** Celso João da Rocha e Simone M. Alves

# DEPUTADOS ABREM LEGISLATURA COM NOVAS PROPOSTAS

Na primeira quinzena de atividades, parlamentares apresentam 30 projetos de lei e seis projetos de lei complementar

ROSSANA ESPEZIN

Na primeira quinzena de atividades, os parlamentares da 17ª Legislatura já apresentaram 30 projetos de lei (PL) e seis projetos de lei Complementar (PLC). Desde o início dos trabalhos, dia 1º de fevereiro, a Diretoria Legislativa já recebeu 25 pedidos de desarquivamento de projetos de lei e quatro de projetos de lei complementar.

De acordo com o Sistema de Acompanhamento do Processo Legislativo (ProcLegis), disponível para acesso no site da Assembleia (www.alesc.sc.gov.br), o deputado Sargento Amauri Soares (PDT) foi o recordista de apresentação de matérias, já no dia 3 de fevereiro.

O primeiro a entrar em tramitação foi o chamado projeto da anistia, já apresentado na última legislatura. O PL recebeu o número 01/2011. Seu texto "torna sem efeito todos os atos, processos ou iniciativas que tenham gerado ou que possam gerar punição a servidores públicos militares em razão de participação em movimentos reivindicatórios e/ou de manifestações de pensamento".

Também de Soares, o PL 02/2011 que cria o Parque Estadual da Praia de Taquarinhas e o PL 05/2011 que autoriza a adequação do horário de trabalho e/ou da escala dos servidores estaduais que frequentam cursos de ensino médio, superior e de pós-graduação. O PL 06/2011 institui a gratuidade do transporte coletivo para o deslocamento dos servidores no itinerário casa-trabalho, e vice-versa. E, por fim, o PL 07/2011 institui a consulta popular para autorização legislativa



Deputado Sargento Soares (E) foi recordista entre os parlamentares na apresentação de projetos na arrancada da 17ª legislatura

## TEMAS ATENDEM DIVERSOS SEGMENTOS E SETORES DA SOCIEDADE

No dia 8 de fevereiro, Sargento Soares apresentou mais três projetos. O PL 12/2011 dispõe sobre a obrigatoriedade de exames clínicos para a prática de educação física nas escolas estaduais e o PL 13/2011, que garante aos professores o direito ao pagamento de meia-entrada em eventos culturais. Por fim, o PL 14/2011 trata da realização de exames oftalmológicos e otorrinolaringológicos em alunos da rede estadual de ensino.

O deputado Kennedy Nunes (PP) apresentou dois projetos no dia 3 de fevereiro. O PL 3/2011 dispõe sobre a política de conscientização e orientação sobre doação de sangue. O PL 04/2011 institui o Sistema Estadual de Coleta Móvel de Sangue. No mesmo dia, a deputada Ana Paula Lima (PT) protocolou o PL 08/2011, que institui a obrigatoriedade de mensagem aos portadores de deficiência auditiva na propaganda oficial. Também é de autoria da

parlamentar o PL 17/2011, que concede desconto de 50% em eventos culturais artísticos para doadores de sangue.

Antes de entrar em licença, o deputado Valdir Cobalchini (PMDB) apresentou quatro projetos. O primeiro foi o PL 09/2011, que isenta o deficiente físico do pagamento de taxas de inscrição a Concursos Públicos. Ele apresentou ainda o PL 10/2011, que inclui o item 19 ao Anexo Único da Lei nº 14.262, de

2007, que dispõe sobre a Taxa de Prestação de Serviços Ambientais.

O PL 11/2011 inclui a alínea "1" ao artigo 3º da Lei nº 5.867, de 1981, e dispõe sobre a concessão pelo Estado de subvenções sociais às instituições de caráter privado. O quarto projeto, o PL 16/2011, trata sobre a venda em leilão público dos veículos sinistrados nas rodovias de Santa Catarina que se encontram nos postos da Polícia Rodoviária Estadual.



Projetos defendem inclusão de minorias, consumidor e protegem animais

## MISSIONÁRIA ZILDA ARNS DEVE RECEBER HOMENAGEM

O deputado Jean Kuhlmann (DEM) assinou três projetos. O PL 15/2011 tem o objetivo de proteger o consumidor, tornando obrigatória a presença de corretor de seguros ou de seu representante legal em todos os estabelecimentos de seguros no Estado. O PL 18/2011 institui, um ano após a morte da missionária catarinense Zilda Arns, o Dia Estadual da Pastoral da Criança, no dia do aniversário de Zilda, 25 de agosto. O PL 19/2011, por sua vez, institui o Dia Estadual das Organizações Não-Governamentais de Santa Catarina.

Dirceu Dresch (PT) apresentou o PL 20/2011 para alterar os incisos I e II do artigo 8º da Lei nº 13.334, de 2005, que institui o Fundo Social, destinado a financiar programas de apoio à inclusão e promoção social.

No dia 15, cinco projetos de lei foram protocolados. O PL 25/2011, do

deputado Antônio Aguiar (PMDB), estabelece a obrigatoriedade dos parques de diversões, públicos e privados terem brinquedos para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

O PL 26/11, do deputado Jorge Teixeira (DEM), proíbe o uso de animais selvagens, domésticos ou domesticados, nativos ou não, em espetáculos de circo realizados no Estado. Manoel Mota, do PMDB, assinou o PL 27/2011 que dispõe sobre a proibição do uso de telefone celular em bancos.

A deputada Ada Faraco De Luca (PMDB) apresentou três projetos. O PL 28/2011, sobre a realização de exame destinado a detectar deficiência auditiva em crianças. O PL 29/2011 que autoriza o Executivo a realizar, gratuitamente, cirurgia plástica reparadora de sequelas em mulheres vítimas de violência e o PL 30/2011 que obriga o Executivo, por intermédio da Secreta-

ria de Estado da Segurança Pública, a registrar e divulgar os índices de violência contra a mulher.

O deputado Sargento Amauri Soares apresentou também três Projetos de Lei Complementar. O PLC 01/2011 adota o valor fixado no inciso V, do artigo 157, da Constituição Estadual, como montante mínimo a ser pago pelo Estado a título de benefício previdenciário e amparo assistencial.

O PLC 02/2011 regulamenta o disposto no §5º, do artigo 30, da Constituição do Estado, e o PLC 03/2011 dispõe sobre a inimizabilidade administrativa dos servidores públicos, civis e militares,

A bancada do Partido dos Trabalhadores apresentou o PLC 04/2011, que revoga o artigo 31 da Lei Complementar nº 485, de 2010 (Quadro de Pessoal dos Serviços Jurídicos das Autarquias e Fundações).



# PROPOSTA DE REAJUSTE PARA O SALÁRIO MÍNIMO REGIONAL CHEGA AO LEGISLATIVO

Projeto prevê aumento de cerca de 7% e resulta de acordo entre sindicatos, empresários e governo

O Projeto de Lei Complementar 5/2011, que propõe a primeira alteração do salário mínimo regional, aprovado em 2009 e instituído em 2010, foi distribuído dia 15 pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), ao seu relator, deputado Dirceu Dresch (PT). O PLC altera o artigo 1º da Lei Complementar nº 459, de 2009, e determina quatro faixas salariais: R\$ 630,00, R\$ 660, R\$ 695 e R\$ 730, de acordo com as categorias. Esses valores representam cerca de 7% de aumento e são resultados de acordos entre sindicatos, empresários e o governo, que compõem o sistema tripartite. O reajuste aprovado será retroativo ao mês de janeiro de 2011.

Dresch agradeceu a confiança do presidente da comissão, deputado Romildo Titon (PMDB), por ter destinado a relatoria da proposta a um deputado de oposição e destacou o trabalho da comissão tripartite (composta por governo, trabalhadores e empresários), que discutiu e estabeleceu o acordo de reajustar o piso regional em 7%.

Ele se comprometeu a apresentar, já na próxima semana, o parecer sobre o projeto na CCJ.

“O índice de reajuste proposto no projeto já está acordado entre as partes envolvidas. Essa Casa pode dar uma grande demonstração de agilidade, aprovando de forma rápida a matéria. Quando o trabalhador ganha mais, toda a sociedade ganha. É uma ação que aquece e dinamiza a economia do estado”.

De acordo com o relator, não deverá haver obstáculos para a aprovação do PLC, já que o tema foi debatido com profundidade antes de o projeto chegar ao Parlamento. O presidente da CCJ, deputado Romildo Titon (PMDB), disse que a Comissão de Constituição e Justiça vai selar o que já foi acordado pela comissão tripartite.

Caso seja aprovado na CCJ, a proposta de reajuste será analisada por mais duas Comissões Permanentes do Legislativo antes de ser votada em Plenário: Comissão de Finanças e Tributação e Comis-



Deputado Dirceu Dresch (PT) foi designado relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça

são de Trabalho, Administração e Serviço Público. Em Plenário, o líder do DEM, deputado Darci de Matos, destacou a participação

da bancada do PT no processo de mobilização pelo reajuste do piso regional, assim como ocorreu na criação da lei do salário mínimo

catarinense. “Todos têm mérito na aprovação dessa lei, mas o PT merece o reconhecimento pelo trabalho realizado.”

## DIRCE HEIDERSCHIEDT TOMA POSSE NA ASSEMBLEIA



Deputada Dirce Heiderscheidt assina termo de posse, ocupando vaga do deputado Serafim Vezon, que se licenciou

Mais uma suplente assumiu assento na Assembleia Legislativa. Depois dos deputados Maurício Eskudlark (PDB) e Mauro de Nadal, dia 15, foi a vez de Dirce Heiderscheidt (PMDB) tomar posse. Ela substituiu o deputado Serafim Vezon (PSDB), indicado secretário estadual de Assistência Social.

Dirce agradeceu os 32.339 “amigos” que a conduziram à Assembleia Legislativa, em especial a sua família e ao governador Raimundo Colombo, por aumentar a represen-

tatividade política dos municípios da Grande Florianópolis.

Primeira mulher palhocense a exercer mandato como deputada estadual, Dirce amplia a representatividade da bancada feminina, somando-se às deputadas Ana Paula Lima (PT), Angela Albino (PcdoB), Ada Faraco de Luca (PMDB) e Luciane Carminatti (PT).

“Juntamente com os demais parlamentares, vamos construir mais uma bela página da nossa bela e querida Santa Catarina”, afirmou,

ênfatizando que Palhoça está em festa por ter a primeira mulher com assento no Parlamento catarinense. A bancada feminina conta agora com cinco integrantes.

Além do líder de sua bancada, Manoel Mota, outros parlamentares deram as boas vindas à deputada, como Maurício Eskudlark (PSDB), em nome de seu partido, e o presidente da Casa, Gelson Merisio (DEM). Já as deputadas Ada, Luciane e Angela enaltecem a participação das mulheres na política.

## MINIRREFORMA É DISCUTIDA NO PARLAMENTO EM DEBATE

O secretário da Casa Civil, Antônio Ceron (DEM), e os deputados Neodi Saretta (PT) e Elizeu Mattos (PMDB), líder do governo, participaram, dia 12, do programa Parlamento em Debate, da TVAL, para analisar a chamada minirreforma. O pacote de projetos que será enviado pelo Executivo para o Legislativo nos próximos dias tem o objetivo de adequar a estrutura administrativa do Estado à gestão do novo governador Raimundo Colombo (DEM).

Ceron adiantou que não haverá medidas de impacto. Entre as alterações, está a criação da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania, e da Secretaria de Estado da Defesa Civil, ampliações da atual estrutura de Segurança. Os demais projetos pretendem instituir diretorias para atender grupos específicos como micro e pequenas empresas e a agricultora familiar. O secretário confirmou alterações na Lei Complementar 381, de 2007, com o intuito de reduzir a burocracia.

Elizeu Mattos considera normais as adequações propostas a cada nova administração e lembra as secretarias de desenvolvimento regional, criadas no primeiro mandato de Luiz Henrique da Silveira (2003-2007), que hoje chegam a 36. Como líder do governo, ele garante que a aprovação da minirreforma deve ser tranquila, com a profunda análise dos projetos feita pelo Parlamento, mas com urgência.

Saretta afirmou, por sua vez, que o caso das SDRs “merece discussão aprofundada”. Ele criticou a falta de recursos para as regionais. “Acho um ponto fundamental criar mecanismos para garantir que os recursos cheguem às regionais”, reforçou. Saretta também disse que, apesar da necessidade de reduzir gastos com a folha, foi um “equivoco” a não contratação de professores admitidos em caráter temporário (ACT). Segundo ele, em 2010, SC acabou o ano com 16 mil contratos temporários e iniciou 2011 com apenas 6 mil.

# LEI PROÍBE DESPEJO DE LIXO EM SANTA CATARINA

Catarinenses estão livre da entrada de resíduos de outros estados



CARLOS KILIAN

Merisio (D), que reassumiu comando da Casa no último dia 15, é autor da lei sancionada pelo governador Colombo

Santa Catarina está livre da entrada de 2,7 mil toneladas por mês de lixo proveniente de outros estados. A proibição é amparada na Lei nº 15.442, de 2011, sancionada em janeiro, criada a partir do Projeto de Lei 279/2010, de autoria do deputado Gelson Merisio (DEM), presidente da Assembleia Legislativa, que reassumiu o comando da Casa no último dia 15. “Não podemos permitir que nosso Estado se torne um depósito de resíduos não produzidos pelos catarinenses”, afirmou.

A ementa da lei, elaborada pelo democrata, é clara nesse sentido: “veda o ingresso, no Estado de Santa Catarina, de resíduos sólidos com características radioativas e de resíduos orgânicos oriundos de frigoríficos e abatedouros, que apresentem riscos sanitários, tais como a disseminação de febre aftosa ou outras zoonoses”.

Até este ano, as toneladas de

lixo tóxico oriundas principalmente dos estados vizinhos do Rio Grande do Sul, Paraná e até de São Paulo não eram fiscalizadas de forma eficiente. “Precisamos ter consciência de que cada estado deve dar a destinação ecológica e sustentável para seu próprio lixo”, ressaltou Merisio. O parlamentar constata que apenas em Santa Catarina são geradas diariamente 3,6 mil toneladas de lixo, que precisam ter destino correto.

O texto da lei também prevê a obrigatoriedade da apresentação do Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) e do Certificado de Destinação Final (CDF), que discrimina os diferentes tipos de resíduos, incluindo denominação, classe e estado físico, as respectivas quantidades destinadas e tecnologias de tratamento aplicadas, entre outras exigências. A lei, sancionada pelo governador Raimundo Colombo (DEM), entrou

em vigor na data de sua publicação, 17 de janeiro.

O parlamentar apresentou a proposta após presenciar a entrada de caminhões com restos de olhos de bois na fronteira Oeste de Santa Catarina. “Vi a chegada dos carregamentos, que seriam depositados aqui, vazando um líquido extremamente tóxico. E outros restos de animais abatidos também acabam vindo. Não podemos permitir isso. O meio ambiente, os lençóis-freáticos e a saúde pública ficam em risco”, completa Merisio.

Santa Catarina recebe cerca de 2.780 toneladas resíduos por mês – inclusive tóxicos – vindos do Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo. Deste total, 600 toneladas têm como destino a Central de Tratamento de Resíduos Sólidos Industriais (Cetric) de Chapecó, principal polo agropecuário do estado.

## TRANSPORTE CONTROLADO

Através da nova lei, também foi normalizado o transporte dos demais tipos de resíduos sólidos, a partir da padronização dos documentos necessários – Manifesto de Transporte de

Resíduos (MTR) e Certificado de Destinação Final (CDF). O aumento da fiscalização inclui a declaração anual da quantidade de resíduos movimentados pelo gerador, transportador e destino

final. Essa nova regulamentação estadual sobre resíduos sólidos consta na Lei nº 15.442, sancionada pelo governador Raimundo Colombo em 17 de janeiro desde ano.

## NA TRIBUNA

### INFRAESTRUTURA DO ALTO VALE DO ITAJAÍ

O deputado Jorge Teixeira (DEM) estreou, dia 15, na tribuna e falou sobre a carência de serviços e de infraestrutura no Alto Vale do Itajaí e Planalto Serrano. O parlamentar pediu investimentos em ampliação do atendimento de energia elétrica, melhoria do Aeroporto de Correia Pinto, e a implantação de um curso de engenharia mecânica na Udesc de Ibirama.



Jorge Teixeira estreia na tribuna

### MAGISTÉRIO ESTADUAL

A demora na contratação de professores na rede estadual de ensino foi abordada pela deputada Luciane Carminatti (PT). Ela falou também sobre as condições de ensino e aprendizagem e solicitou ao governo que providencie a realização de concurso público.

“Há cerca de 8 mil vagas de professores no magistério estadual que deveriam ser preenchidas com concurso público.”

Desde 2004 Santa Catarina não realiza concurso para o magistério estadual. “Esse caos no

início do ano letivo é resultado disso”, enfatizou. A bancada do PT, anunciou, apresentará indicação ao governo do Estado com esse teor.



Luciane: concurso público

### COMBATE ÀS DROGAS

O deputado Antônio Aguiar (PMDB) comunicou que, durante audiência com o governador Raimundo Colombo (DEM), reiterou o pedido de construção de cinco centros de reabilitação de dependentes químicos. O combate às drogas também foi tema do pronunciamento do deputado Ismael dos Santos (DEM).



Aguiar: centros de reabilitação

### ARTISTAS LOCAIS

O deputado Nilson Gonçalves (PSDB) comunicou que deu entrada em um projeto de lei que prevê o aproveitamento de artistas locais na abertura ou encerramento de shows musicais com artistas de renome nacional. “Os cantores e as bandas de Santa Catarina precisam ser valorizados.” Também representante da região Norte, o deputado Kennedy Nunes (PP) falou sobre a suposta construção da fábrica de motores da General Motors em

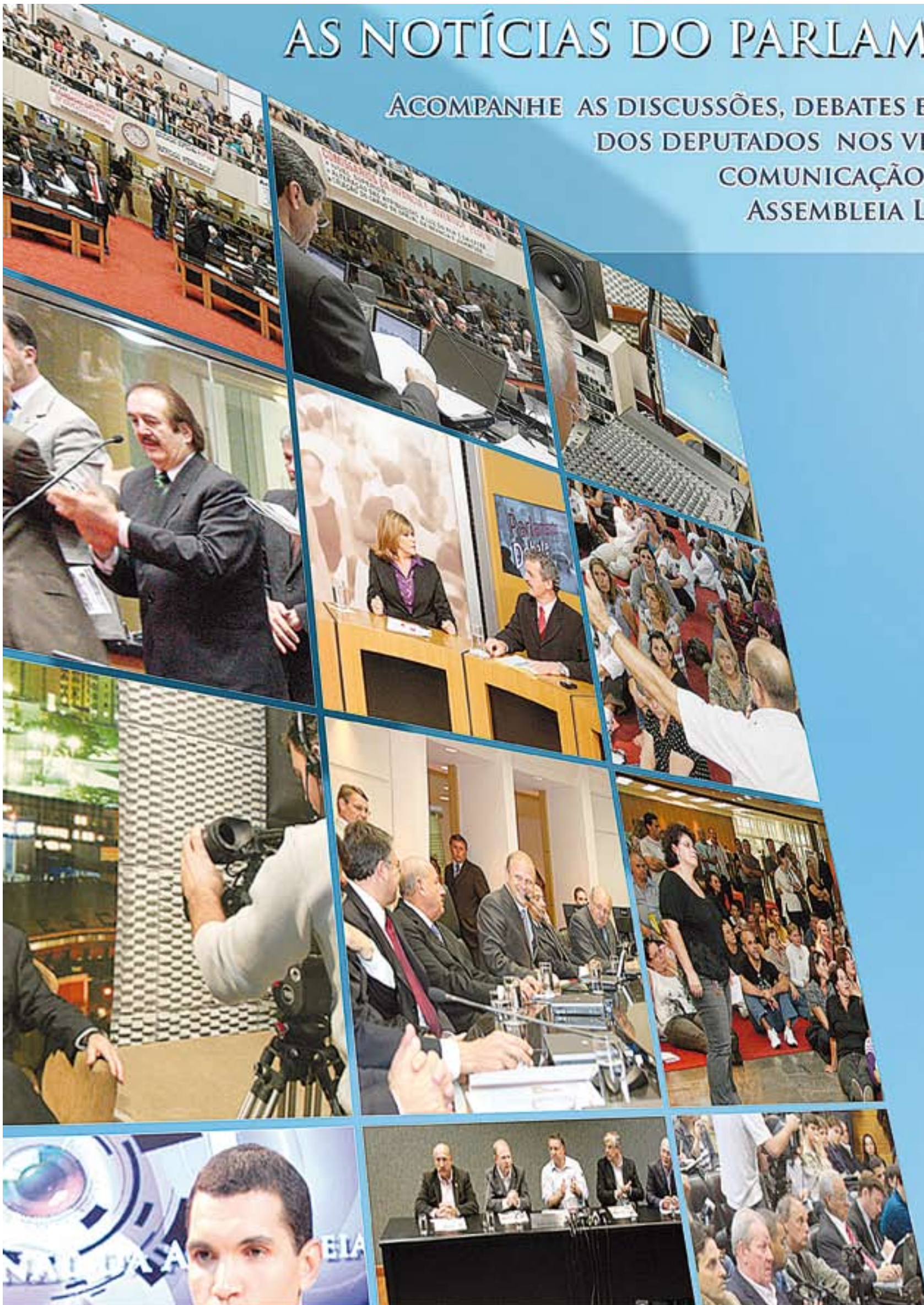
Joinville. Ele qualificou o assunto como novela e disse que torce pelo desfecho positivo.



Nilson: valorização

# AS NOTÍCIAS DO PARLAMENTO

ACOMPANHE AS DISCUSSÕES, DEBATES E VOTAÇÕES  
DOS DEPUTADOS NOS VEÍCULOS DE  
COMUNICAÇÃO SOCIAL DA  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA.



[WWW.ALESC.SC.GOV.BR](http://WWW.ALESC.SC.GOV.BR)

**AL** NOTÍCIAS  
JORNAL DA ASSEMBLEIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

RÁDIO ALESC DIGITAL

TVAL